

Resenha de “Heroínas da Dignidade”

Ermelinda Liberato¹

MALAQUIAS, Florbela Catarina. **Heroínas da dignidade**. 2ª edição. Luanda: Booklink, 2019. 213 p.

No contexto da criação de uma Comissão de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos em Angola, que abrange o período de 11 de novembro de 1975, data da proclamação da independência daquele país, até 4 de abril de 2002, data da assinatura do Memorando de Luena, que pôs fim à guerra civil, eis que somos brindados com mais um documento que nos pode ajudar a identificar outras vítimas desse conflito, no caso, mulheres. Trata-se, conforme podemos ler na capa, de informação assente em “memórias de guerra, um invulgar testemunho de um feminicídio”, do que se convencionou chamar de “outro lado do conflito”, o que se pode traduzir num processo de reconciliação sem barreiras, transparente e independente da ideologia política dos seus intervenientes.

Florbela Catarina Malaquias, ou Bela Malaquias, jornalista e jurista, brinda o leitor com a narração de alguns acontecimentos que vivenciou, até meados da década de 1980, na Jamba, “capital da revolução no sul de Angola” (p. 65), traçando um breve retrato daquilo que foi o seu cotidiano familiar e atividade de militante do partido, do qual se destaca o fato de ter sido a autora quem “aperfeiçoou o emblema da primeira guerra e escreveu o hino da LIMA”² (p. 46). Narrativa que, podemos caracterizar como enigmática, na medida em que respostas a questões como, quando e em que condições saiu da Jamba e chegou a Luanda e como reconstruiu a sua vida ficam a aguardar resposta, quiçá para o próximo volume, que a autora anuncia na página 86.

Assente num “distanciamento emocional nada fácil” (p. 13) daqueles “negros tempos de guerra” (p. 13), a autora relata-nos assim a sua experiência desde o momento que integrou as fileiras da UNITA³, a retirada estratégica para as matas, uma “fuga de dezasseis anos” (p. 15), marcada sobretudo pela “fome, sede, cansaço, incerteza, medo, relento, marchas infundáveis e situações inimagináveis” (p. 17), que pensou que fosse ser “breve” (p. 16), “um retiro com o regresso para o dia seguinte” (p. 16) em fevereiro de 1976, apenas três meses depois da proclamação da independência de Angola, um sofrimento com registo de “vicissitudes e tragédias” (p. 17) que a memória não consegue arquivar, fato que a impeliu a partilhar com os angolanos, na expectativa que não se venha a repetir.

De igual modo, é feita uma descrição sobre o cotidiano das mulheres. Por aí compreendemos que a sua rotina diária era muito dura, desde a procura de comida e sua confeção, o trabalho nas lavras familiares, a reserva e tratamento da água, o cuidado dos filhos, a atividade político-partidária, entre outras. Chama-

1 Professora auxiliar do Instituto de Ciências da Comunicação (ISUCIC), Luanda – Angola. Pesquisadora do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL), Lisboa - Portugal

2 LIMA: Liga da Mulher Angolana, organização feminina da União para a Independência Total de Angola (UNITA).

3 UNITA: União Nacional para a Independência Nacional de Angola (movimento de libertação).

nos a atenção o capítulo 33, que a autora denominou “o que a humanidade fez da sua fêmea” (p. 185), onde, inspirada pela leitura d’*O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, questiona igualmente o porquê do tratamento dado às mulheres: “devassaram as mulheres. Fizeram delas escravas. Instalaram nelas insidiosamente a dissonância cognitiva. Desinstalaram os seus sistemas morais” (p. 185-186).

Ao identificar algumas das mulheres que pereceram durante esse período – queimadas, fuziladas, acusadas de bruxaria ou traição – a autora defende que estas foram as principais sacrificadas: “vítimas nos campos da guerra fratricida, vítimas do sadismo do líder libertador do campo em que se encontravam; vítimas do parceiro íntimo, machista e assustado com a guerra” (p. 186), na medida em que padeceram de todo o tipo de violência – física, emocional, psicológica, sexual, patrimonial, moral, institucional – perpetrada por um sistema agressivo, assente nos princípios patriarcais e tradicionais, encabeçado por um líder que a própria classifica como um “predador social cruel, vazio de sentimento de remorsos e de culpa... como todo o psicopata” (p. 40).

Por se tratar de um documento primário, além do tratamento da informação, esta precisa igualmente de ser confirmada e validada, através do cruzamento com outras fontes, outros testemunhos e documentos, permitindo assim a edificação de um arquivo histórico sobre esse período da história de Angola, marcado por todo o tipo de violência, caracterizado pelo trauma e pela indignidade da vida humana em todas as dimensões. Não se trata de apontar o dedo ou de tirar vantagem política, mas sim de conhecer e reconhecer a história, de saber o que se passou, de tirar aprendizagens. Trata-se sobretudo de sarar feridas causadas pela guerra, de reconciliação nacional entre irmãos desavindos não se sabe bem porquê, pois de outro modo, não será possível a edificação de uma sociedade igualitária e fraterna, assente nos princípios básicos da liberdade de escolha, onde prevaleça o respeito pelos direitos humanos e das mulheres.

Subetido em: 25.10.2020

Aceito em: 25.11.2020